

Dependência e autonomia estratégicas na periferia

JORGE MATHEUS OLIVEIRA RODRIGUES
ANA AMÉLIA PENIDO OLIVEIRA
HÉCTOR LUIS SAINT-PIERRE

RESUMO: Propõe-se discutir a dependência estratégica em países de periferia. A produção teórica privilegia transferências estrangeiras industriais/tecnológicas como fonte perpétua da dependência. Aqui, sustentados pela bibliografia, inverte-se a abordagem partindo do conceito de autonomia estratégica, pensada em termos de liberdade decisória, de ação política, e, fundamentalmente, de pensamento. Sem um pensamento estratégico autônomo, a autonomia de decisão política na área de defesa não passa de uma miragem para a periferia.

PALAVRAS-CHAVE: Autonomia. Dependência. Estratégia. Periferia.



Strategic dependence and autonomy in the periphery

ABSTRACT: It is proposed to discuss strategic dependence in peripheral countries. Theoretical production privileges foreign industrial/technological transfers as a perpetual source of dependence. Here, supported by the bibliography, the approach is inverted based on the concept of strategic autonomy, thought in terms of freedom of decision, political action, and, fundamentally, of thought. Without autonomous strategic thinking, the autonomy of political decision-making in the area of defense is nothing more than a mirage for the periphery.

KEYWORDS: Autonomy. Dependency. Strategy. Periphery.

JORGE MATHEUS OLIVEIRA RODRIGUES

Doutorando em Relações Internacionais pelo PPGRI San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP).
E-mail: rodrigues.jmor@gmail.com

ANA AMÉLIA PENIDO OLIVEIRA

Pós-doutoranda em Ciência Política na Unicamp.
E-mail: anapenido@gmail.com

HÉCTOR LUIS SAINT-PIERRE

Prof. Segurança Internacional UNESP.
E-mail: saint.pierre@unesp.br

DATA DE ENVIO: 05/05/2024

DATA DE APROVAÇÃO: 04/08/2024

1 Introdução

A violência colonial se manifesta de várias sutis formas além da pura força. Dussel (1977) identifica a dominação erótica e a pedagógica como elementos do jugo colonial, a primeira relacionada à violência de gênero, notadamente o estupro; a segunda dirigida às crianças, educadas na cultura europeia. Nos dois casos, o projeto colonial garante a perpetuação da violência originária por suas próprias vítimas, mesmo finalizada a dominação formal. O pós-colonialismo é o legado do colonialismo que se perpetua nas esferas política, econômica e cultural depois de rompida a cadeia de dominação ostensiva. O prefixo pós não indica uma demarcação temporal de ruptura com o passado (ABRAHAMSEN, 2007), mas sua ressignificação e camuflagem contínuas.

Para Fanon (2021), a descolonização é resultado de uma luta violenta e popular de ruptura. Daí a defesa da luta armada enquanto tática nas revoluções de libertação nacional, e a ênfase no humanismo radical. Quijano (2005) identifica o eurocentrismo como uma derivação do colonialismo, quando o mundo passou a ser visto conforme uma parte dele: a Europa. A partir disso, o europeu impôs sua hegemonia na produção e formulação do conhecimento. Com a conquista da independência política, o colonialismo deixa seus ovos para serem aquecidos pelas ambições das elites nativas, ganhando na América Latina a fisionomia cruel da dependência.

Aqui nos deteremos para analisar, como uma parte desse legado colonial, mais especificamente, a relação do colonialismo/dependência na área político-estratégica da Defesa Nacional. A Estratégia e a Diplomacia são instrumentos da política externa de um país (ARON, 2002). A reflexão sobre a superação do caráter colonial e a ruptura da relação de dependência de um país periférico, em um mundo regulado hierarquicamente pelo centro das relações internacionais, inicia-se necessariamente no reconhecimento das bases dependentes que assentam seu pensamento estratégico. Guia-se, dessa maneira, pelo alerta de Saint-Pierre (2011; 2013) quanto à importação e incorporação acrítica de conceitos e ideias.

Dividimos esta análise em três seções. Na primeira seção resgatamos o conceito de autonomia. Na segunda, discutimos os conceitos de “autonomia da decisão” e de “liberdade de ação estratégica”. Por fim, tentamos mostrar que a descolonização epistêmica é condição de possibilidade da autonomia da decisão política e de um pensamento estratégico nacional. Com isso, pretendemos contribuir ao debate para construção, no campo da Defesa e das Relações Internacionais, de um pensamento guiado pela autonomia política.

2 Autonomia na periferia

A maior parte da literatura realista das relações internacionais considera o sistema internacional essencialmente anárquico. A ausência de um monopólio legítimo da violência internacional que sustente uma autoridade global, capaz de impor uma ordem normativa para administrar as relações entre as unidades políticas, sustenta essa tese. A soberania dos Estados nacionais é entendida formalmente como um atributo jurídico, gozado por essas unidades políticas de forma isonômica, e afirmado pela ordem jurídica internacional. Assim, a soberania é um “direito desfrutado na medida em que é reconhecido por outros Estados” (BULL, 1979, p. 118). Nesse ambiente, cada Estado é guiado pelos seus próprios interesses na busca de ganhos relativos, pelo desejo de sobrevivência e pelo poder (ARON, 2002; WALTZ, 2004; MEARSHEIMER, 2007). Dentro da teoria realista, a política externa é determinada por constrangimentos impostos pela estrutura sistêmica e por fatores domésticos. Nesse jogo de constrangimentos e condicionamentos é possível examinar o grau de autonomia gozada por cada unidade no sistema.

Entretanto, identificar graus de autonomia implica reconhecer que a anarquia internacional existe apenas formalmente. Para Jaguaribe (1979), as relações internacionais são definidas por matizes de autonomia/independência. O autor argumenta que, num contexto marcado pela desigualdade entre os atores, a estrutura beneficia os países do centro do sistema internacional em detrimento dos periféricos, reforçando as assimetrias entre eles. Marini

(2008, p. 111) também ressalta o caráter dependente da inserção internacional dos países latino-americanos, “entendida como uma relação de subordinação entre as nações formalmente independentes, dentro da qual as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para garantir a reprodução expandida da dependência”. O autor identifica um amálgama entre as dinâmicas sistêmicas e os desenvolvimentos domésticos, particularmente na economia, quando a inserção da periferia no capitalismo possibilitou, simultânea e contraditoriamente, a ampliação da mais-valia produzida pela superexploração do trabalho na periferia durante o processo de industrialização predatória, bem como uma deterioração dos termos de troca em detrimento dos países periféricos, perpetuando a divisão internacional do trabalho. Nessa lógica, soberania é o atributo dos Estados capazes de resistir aos constrangimentos internacionais em defesa de uma maior autonomia decisória.

No contexto internacional de assimetria sistêmica, autonomia e dependência são questões correlatas. Uma vez que o sistema internacional é caracterizado pelas desigualdades em termos de poder – material, simbólico, econômico etc. – entre seus membros, é no âmbito político que se discute a autonomia. Vigevani e Cepaluni (2016, p. 15), consideram que pensar a autonomia em países considerados ‘Terceiro Mundo’ requer especificidades.

Das fronteiras nacionais para dentro, ela constitui um símbolo básico do Estado, um meio primário de assegurar formas distintas de desenvolvimento autóctone ou não dependente. Das fronteiras nacionais para fora, é considerada fundamental para a prática das relações internacionais no Terceiro Mundo. Em vez de estar enraizada na noção jurídica de soberania, a autonomia é um conceito político, um instrumento de salvaguarda contra os efeitos mais nocivos do sistema internacional” (VIGEVANI; CEPALUNI, 2016, p. 15-16, grifo nosso).

Tal diferença de perspectiva representa a necessidade de autoafirmação destes países num cenário de desigualdades em termos de recursos de poder e num sistema internacional hierarquicamente ordenado por uma estratificação dos atores (VIGEVANI;

CEPALUNI, 2016). Nesse ambiente, a autonomia é a “condição que permite que os Estados formulem e implementem sua política externa independentemente do constrangimento imposto por Estados mais poderosos”. Assim, esse jogo de poder das unidades políticas na procura de autonomia define o *status* de cada uma dela num “*continuum*”, que teria em seus extremos a dependência total – a qual os autores denominam de alinhamento – e a completa autonomia (VIGEVANI; CEPALUNI, 2016, p. 21).

Jaguaribe (1979, p. 118) afirma que “de fato e axiologicamente, o Estado-nação prevê um grau de autonomia a que a maioria dos países da periferia não lograram alcançar”, entendendo a autonomia como a capacidade de autodeterminação que, por sua vez, depende da existência de condicionantes de ordem habilitatória e exercitória. Os primeiros são relativos à viabilidade nacional e à permissibilidade internacional (JAGUARIBE, 1979, p. 96). A viabilidade nacional de um determinado país “depende [...] da medida de que disponham de um mínimo crítico de recursos humanos e naturais, aí inclusa a capacidade de intercâmbio internacional”. Esse mínimo crítico depende das condições de produção gerais de cada época. Quanto mais desenvolvida a condição de produção, maiores e melhores serão as demandas pelo mínimo crítico. A permissibilidade internacional se refere às condições de um país para neutralizar o risco proveniente de terceiros. Essas condições às que se refere Jaguaribe são internas e externas. Aquelas com origem interna, ele as entende “como o desenvolvimento de uma capacidade militar-econômica apropriada” e, as de origem externa, “como o estabelecimento de convenientes alianças defensivas” (JAGUARIBE, 1979, p. 97). Os condicionantes de caráter exercitório referem-se à habilidade do país para conformar alianças com os países centrais que possam lhe garantir condições de inserção positivas no cenário internacional. Também correspondem aos condicionantes exercitórios os esforços internos de fomento às capacidades de um país – econômicas, técnicas e tecnológicas, etc. Jaguaribe adverte sobre a dificuldade, para uma unidade política da periferia dependente, de reunir todos aqueles requisitos exigidos para melhorar sua capacidade de decidir sua política externa com autonomia

Tanto a concepção de autonomia expressa por Jaguaribe (1979), como a defendida por Vigevani e Cepaluni (2016) – envolvem questões sistêmicas e domésticas de tal forma imbricadas que inviabiliza a separação destas esferas. Nem sequer os países centrais gozam de autonomia absoluta num sistema de interdependência recíproca e complexa. O grau de autonomia de uma unidade política não se caracteriza pela necessidade de autoajuda num sistema anárquico, mas pela posição que essa unidade ocupa na estrita hierarquia do sistema internacional; não se mede pelas capacidades previamente adquiridas, mas pela liberdade de ação estratégica com que ela se articula politicamente na ordem hierárquica da estrutura internacional. Por exemplo, a Constituição brasileira de 1988 (BRASIL, 2012) fundamenta a política externa do país pelo respeito à “autodeterminação dos povos”. Ao reconhecer o direito à autodeterminação, o texto não apenas afirma a legitimidade jurídica de terceiros, como as próprias práticas políticas de inserção menos dependente no sistema internacional.

Por fim, cabem comentários quanto à centralidade da política na discussão da autonomia. A autonomia diante de um sistema internacional abstrato, ainda que hierarquizado, parece não ter sentido. A autonomia enquanto salvaguarda dos efeitos nocivos do sistema internacional é pertinente, mas apenas parcialmente. Ela parece ser exigida em toda a sua força, como teste crucial, apenas quando uma unidade política, desde sua condição de periférica, decide dizer “não” à imposição da vontade de uma unidade política do centro do sistema. Nesse sentido, mais do que buscar a liberdade de decisão, aventa-se a necessidade de autonomia para a liberdade de discordância.

Clausewitz (2014) reconhece o primado da Política. No seu âmbito são traçados os objetivos a serem seguidos pelo Estado, sendo aquela a direção da ação deste. Apesar de possuir sua própria gramática – a Estratégia – a Guerra não possui uma lógica própria (CLAUSEWITZ, 2014, p. 870), seguindo, portanto, a lógica da Política. Para Aron (2002), cabe ao representante do interesse nacional a condução dos assuntos da Nação no sistema internacional através de duas gramáticas – a Diplomacia e a Estratégia. Funcional à autonomia política, justamente por concernir o uso da violência, a estratégia apresenta peculiaridades que justificam a sua análise.

3 Liberdade estratégica de um Estado Periférico

Para Beaufre (1998), “a avaliação correta da liberdade de ação, resultante da conjuntura internacional [bem como de potencialidades e constrangimentos domésticos], constitui [...] elemento capital da estratégia [...]” (1998, p. 32). Face à necessidade de garantia e de ampliação do grau de liberdade de ação, há inúmeras alternativas a que um país pode recorrer. Por sua vez, Mauro (2018, p. 22), entende autonomia estratégica como um conceito circunscrito ao campo militar. Para ele, “tanto no sentido literal como no sentido figurado, a autonomia “estratégica” diz respeito primariamente ao *Strategos*, isto é, aquele que define e, se necessário, conduz aos assuntos militares” (MAURO, 2018, p. 22). A compreensão do autor fica aquém do umbral do entendimento da Grande Estratégia ou Estratégia Nacional, que corresponde à disposição política do Estado no ambiente internacional. Essa não é uma diferença meramente terminológica.

A conceptualização na área de Defesa tem consequências importantes na condução da política externa. Reduzir os meios de que se vale a Estratégia apenas aos militares é entrar em combate com um braço amarrado nas costas. A Grande Estratégia atende questões internas, como a diminuição das vulnerabilidades nacionais (desemprego, falta de saneamento básico, educação deficiente, ciência e tecnologia precária e divorciada dos sectores produtivos, burguesia entreguista etc.) e o aumento das potencialidades (coesão nacional, diminuição da desigualdade e distribuição de renda, burguesia comprometida nacionalmente e associada à universidade para desenvolver inovações, pleno emprego, comunicação protegida etc.) e também externas, com ações no sentido de diminuir as adversidades e aumentar as potencialidades através da cooperação regional e de forte ativismo diplomático em todos os foros internacionais. Todas estas ações são fundamentais para a defesa da autonomia da decisão nacional e nenhuma delas é militar.

No que concerne à literatura especializada que aborda o conceito de autonomia estratégica observa-se um caráter eminentemente normativo, notadamente no âmbito da produção europeia. Tais trabalhos tendem à compreensão do conceito a partir de

seus elementos político, operacional e tecnológico ou industrial (MAURO, 2018; ARTEAGA, 2017; KEMPIN; KUNZ, 2017; SAINT-PIERRE; ZAGUE, 2017; FLEURANT; QUÉAU, 2014; FRANKO, 2014; SAINT-PIERRE; ZAGUE, 2014; AMARANTE, 2013; DAGNINO, 2010).

Arteaga (2017, p. 02) ressalta que “a partir de 2011, e em meio a uma crise do setor industrial de defesa sem precedentes, a Comissão [Europeia] advogava por uma maior autonomia estratégica da União Europeia”, pautada não apenas na capacidade de atuação independente do auxílio de terceiros (soberania operacional), mas que também levasse em consideração a importância do elemento industrial, com destaque para o acesso a tecnologias sensíveis. O autor propõe três dimensões para a autonomia: política, relativa à estratégia; operativa, que diz respeito às capacidades; e industrial, referente aos equipamentos (ARTEAGA, 2017, p.01).

Frédéric Mauro (2018) aponta a proeminência do componente tecnológico, e acompanha a classificação nos três componentes de Arteaga (2017). Fleurant e Quéau (2014) e Patrice Franko (2014) também enfatizam a primazia do componente tecnológico diante dos demais, destacando a base industrial de defesa. Kempin e Kunz (2017), por sua vez, fornecem uma tipificação dos três componentes propostos por Arteaga (2017).

A autonomia estratégica é baseada na autonomia política, na operacional e na industrial. Autonomia operacional é definida como a capacidade, baseada no quadro institucional necessário e nas capacidades requeridas, de planejar e conduzir operações civis e/ou militares de forma independente. Autonomia industrial significa a habilidade de desenvolver e construir as capacidades requeridas para a autonomia operacional. Ambas devem ser complementadas pela capacidade de definição de objetivos de política externa e de segurança, bem como de decisão dos meios a serem empregados na busca por tais objetivos – ou seja, pela autonomia política (KEMPIN; KUNZ, 2017, p. 10).

Nos trabalhos aqui apresentados, a autonomia política é percebida como um componente da autonomia estratégica. Além disso, é oferecido um guia para a ação estatal com vistas à conquista/ampliação da autonomia.

No Brasil, também ocorre o enfoque no desenvolvimento tecnológico e da indústria de defesa (ID). Saint-Pierre e Zague (2014) destacam a importância do Estado no desenvolvimento histórico da indústria de defesa brasileira, atuando na compra da produção do setor (uma vez que o mercado é monopsonico), incentivando a exportação da produção nacional, e financiamento o desenvolvimento de novas tecnologias. Os autores também destacam que, embora caiba ao Estado o papel de força motriz do progresso tecnológico, é fundamental que se articulem outros atores como centros de pesquisa e desenvolvimentos (P&D) civis e militares, setores empresariais, entre outros. Em 2017, destacavam que “uma indústria de defesa (ID) bem desenvolvida, com pesquisa científica e tecnológica associada ao empresariado nacional é considerada estratégica para a formulação autônoma da política de defesa”. (SAINT-PIERRE; ZAGUE, 2017, p. 298). Com efeito, a terminologia Base Industrial de Defesa (BID), adotada pelo governo brasileiro, implica “o conjunto das empresas estatais e privadas, bem como organizações civis e militares, que participem de uma ou mais das etapas de pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e manutenção de produtos estratégicos de defesa” (BRASIL, 2005).

Ao contrário da literatura de origem europeia, não há nos trabalhos dos autores um corte entre as noções de autonomia estratégica e autonomia política. A discussão se dá baseada no substrato clausewitziano que tem na política seu elemento de centralidade. Por fim, interessa notar que os autores pensam a liberdade de ação estratégica nacional de forma combinada com a cooperação regional, inserindo o elemento tecnológico dentro de uma estratégia política mais ampla.

Amarante (2013; 2012) e Dagnino (2010; 2008), embora não utilizem o conceito de autonomia estratégica, desenvolvem análise relevante acerca do tema. Amarante (2012) reconhece a diversidade de atores que conforma a BID brasileira, e destaca como políticas de incentivo à ciência e tecnologia em geral contribuem

para a ID, particularmente tecnologias de ponta. Dagnino (2010), por sua vez, enfatiza a rede de interesses que se conformou em torno da revitalização da ID brasileira, refutando teses como a dos alegados *spin-offs* da ID. A obra também elucida o processo decisório em torno das compras efetivadas nos governos petistas. Como ele, outros brasileiros fazem referência à ID como um componente da autonomia estratégica, como Matos (2015), Moraes (2012), Leske (2013), Moreira (2012) e Silva (2018).

Em suma, existem duas vias interpretativas para a liberdade de ação estratégica. Uma está voltada à prática, que tem por base o uso político do conceito, seja sua aplicação em políticas de Defesa, propriamente ditas, ou sua instrumentalização discursiva, com vistas a embasar tais práticas. A segunda, eminentemente teórica, almeja sua redução com o intuito de estabelecer um escopo analítico apropriado, a partir da definição conceitual. Referir-se à liberdade estratégica enquanto conceito implica considerá-la como uma ferramenta epistêmica, não necessariamente ajustada aos acontecimentos, mas que permita uma aproximação à realidade, fomentando sua compreensão, possibilitando sua explicação e, eventualmente, a operação sobre eles (SAINT-PIERRE; 2011, p. 409). Entende-se que cabe a combinação das duas vias, construindo a práxis necessária para a filosofia da libertação provocada por Dussel (1977) e Fanon (2021), também na área estratégica. Em sua busca pela liberdade de ação estratégica, um país tem a sua disposição alternativas para impulsioná-la, análogas ao que Beaufre (1998) denomina de liberdade de ação.

Para isso, pondera-se a prioridade outorgada pela literatura e pelos documentos oficiais brasileiros à autonomia tecnológica entre os componentes da liberdade estratégica. De fato, são inegáveis os efeitos do progresso tecnológico nas relações sociais como um todo e, mais especificamente, nas características da guerra. Entretanto, questionamos a adesão automática à ideia de que o desenvolvimento e aquisição de tecnologia de ponta refletem, necessariamente, em vantagem no combate. Postulamos maior relevância para a autonomia do pensamento estratégico. Guiado pela Política, ao pensamento estratégico cabe, levando em conta as condições objetivas e subjetivas, o teatro e os cenários

prospectivos, elucidar o caminho mais adequado para alcançar os objetivos políticos definidos, com o menor dispêndio de energia nacional, visando garantir maior autonomia decisória e diminuir a dependência.

4 Autonomia de pensamento estratégico

Ausente nos trabalhos referentes à realidade europeia, porém de extrema importância para países periféricos, a descolonização epistêmica e a autonomia do pensamento são componentes essenciais da concepção estratégica autonomista. Se a concepção estratégica – e o planejamento estratégico que dela advém – deve estar atrelada aos anseios políticos, respondendo às suas necessidades e capacidades nacionais, ela deve ser autóctone, e sobretudo, deve refletir e estar impregnada da realidade de onde advém e à qual se dirige.

A autonomia de pensamento é a capacidade de analisar e deliberar, a partir de referenciais próprios, sobre os problemas enfrentados bem como acerca das soluções adequadas. Ao abordarmos a preponderância da literatura anglo-saxão na área de Relações Internacionais, concorda-se que “essa influência linguística e cultural, que representa uma perspectiva epistêmica orientada pela história, cultura, valores e interesses das metrópoles coloniais, é frequentemente assimilada de maneira acrítica pela academia da periferia” (SAINT-PIERRE, 2013, p. 11-12). E segue:

[...] alguns conceitos, noções e teorias foram importados e assimilados sem cuidado para com a perspectiva regional desde onde foram formulados, assim como a máscara ideológica que representam ou os objetivos políticos que escamoteiam na sua aparente neutralidade valorativa.

Na América Latina, na área especificamente dedicada à segurança internacional, à defesa e à paz, incorporam-se teorias, conceitos e noções de notável infertilidade analítica, explicativa e heurística, de pobre capacidade preditiva, de inconveniente força prescritiva e inconsequente administração operacional (SAINT-PIERRE, 2013, p. 12).

Cervo (2008, p. 13) ressalta que “as teorias carregam consigo valores e veiculam interesses das nações cujos intelectuais as concebem, por mais isentas e objetivas que se apresentem”, em diálogo com a produção de Cox (1986), que não concebe neutralidade na produção teórica. Smith (2002), partindo dos efeitos da hegemonia estadunidense no sistema internacional sobre a disciplina de Relações Internacionais, afirma que:

Existe um perigo significativo que uma visão míope da disciplina de relações internacionais possa contribuir com o contínuo desenvolvimento de uma sociedade civil, nos Estados Unidos, que pensa, reflete e analisa complexos eventos internacionais a partir de lentes teóricas muito estreitas, enquanto que o necessário é uma compreensão ainda maior de diferenças e diversidades culturais (SMITH, 2002, p. 68).

Buzan e Hansen (2012), em sua cronologia dos Estudos de Segurança Internacional, admitem que “este livro conta, acima de tudo, uma história ocidental, e uma história ‘ocidental’ bem limitada, por se concentrar muito na América do Norte e na Europa” (2012, p. 13). Para os autores, a área de conhecimento é influenciada por questões relativas à conjuntura internacional e à política das grandes potências, ao progresso tecnológico e seus efeitos, a dinâmicas interna dos debates acadêmicos e questões institucionais (BUZAN; HANSEN, 2012). Assim, a obra em si se configura enquanto uma evidência da não universalidade teórica, tão apreçoada por correntes de cunho mais positivista.

Por certo, se “toda teoria é feita para alguém, com algum propósito” (COX, 1986, p. 87, tradução nossa), é necessário que o pensamento e a teorização acerca da estratégia a ser adotada por um país sejam produzidos em situação de independência.

Quanto mais sofisticada for uma teoria, mais ela transcenderá seu contexto inicial de desenvolvimento; porém tal contexto estará sempre contido no âmago da teoria e é, ademais, relevante para sua explicação. Por conseguinte, não existe nada próximo a uma teoria divorciada do seu ponto de partida inicial no tempo e espaço. Quando uma teoria se apresenta dessa forma, alheia ao contexto no

qual foi desenvolvida, é mais importante que seja examinada enquanto ideologia, e que se trabalhe para desvendar suas perspectivas ocultas (COX, 1986, p. 87).

É justamente aí, na subjetividade inerente à produção do conhecimento, que se insere a provocação (SAINT-PIERRE, 2015, p. 25), “em que consiste a ‘objetividade’ da ciência se somos obrigados a partir, tanto na seleção da área epistêmica, quanto no recorte do objeto de estudo, de um âmbito puramente subjetivo?”. Nas palavras de Foucault

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (2016, p. 52).

O “regime de verdade” na nossa época, nos moldes foucaultianos, é conformado pela tecnologia e sua alegada neutralidade. Isso se enquadra naquilo que Nader (2013, p. 58) denomina perspectiva instrumentalista da Filosofia da Tecnologia. Para o autor, correspondendo ao pensamento liberal e à fé no progresso, tal perspectiva é “a visão-padrão moderna, segundo a qual, a tecnologia é simplesmente uma ferramenta ou instrumento com que a espécie humana satisfaz suas necessidades”, o que acarreta na desconsideração não apenas dos efeitos não planejados do desenvolvimento tecnológico (HABERMAS, 2014), mas dos interesses que jazem por trás deste desenvolvimento.

Em suma, a produção de conhecimento é eivada de subjetividades, refletindo um processo social e interesses específicos na sua produção.

Hoje os processos de pesquisa estão acoplados a sua transformação técnica e utilização econômica, isto é, a ciência está vinculada à produção e administração no sistema de

trabalho das sociedades industriais: a aplicação da ciência à técnica e a retroaplicação dos processos técnicos à pesquisa científica se tornaram a substância do mundo do trabalho (HABERMAS, 2014, p. 140).

Do exposto até aqui depreende-se que: 1) há na atualidade uma relação intrínseca entre capitalismo, desenvolvimento científico e sua aplicação produtiva – ao que o autor se refere como técnica; 2) tal processo leva a uma situação em que o desenvolvimento tecnológico afeta de maneira cada vez mais profunda as relações sociais em geral, notadamente no campo de trabalho e da guerra; 3) o pensamento estratégico brasileiro, nas últimas décadas, pautou-se pela eficiência do progresso tecnológico, desconsiderando a dependência de pensamento implicada no processo. Nas palavras de Proença Jr.

[...] a falácia de que os armamentos lutam, e mais que lutam, determinam os resultados da luta, está presente de forma marcante no imaginário do que seja a guerra. A espada que tudo corta, o escudo no qual nada penetra; o míssil que vai mais longe, o tiro que nunca erra seu alvo; o deslumbre da velocidade de uma aeronave, da imponência de um grande navio. Chega-se ao ponto em que se aceita, mesmo se espera, uma medida de identidade entre superioridade (de desempenho técnico) de armamentos, ou seja, a promessa tecnológica de tal desempenho, e a expectativa de sucesso no combate, na guerra (o cumprimento bem-sucedido da tarefa da defesa) (PROENÇA JR., 2011, p. 175).

A independência de pensar, a autonomia epistêmica, é condição de possibilidade da liberdade de ação estratégica. Sendo a tecnologia também conhecimento (LONGO; MOREIRA, 2009, p. 84; LONGO, 2007) – ou ao menos fruto do acúmulo de conhecimentos – ela está sujeita a interesses políticos que impedem sua neutralidade. Reificada, a opção pela tecnologia enquanto único fator impulsor da autonomia estratégica acaba por conformar uma situação na qual prevalece a rigidez de pensamento estratégico. Ao fim, privilegiar tal via de ação pode não acarretar nos benefícios esperados, conformando uma espiral em que, em nome da autonomia, fortalece a dependência. De acordo com Habermas

Perante as consequências socioculturais não planejadas do progresso técnico, a espécie humana se vê desafiada não apenas a produzir seu destino social, como também aprender a dominá-lo. *Mas esse desafio da técnica não pode ser encarado fazendo uso unicamente da técnica.* Importa antes pôr em marcha uma discussão politicamente eficaz que consiga estabelecer uma relação, de modo racionalmente vinculante, entre o potencial social do saber e poder técnicos com o nosso saber e querer práticos (2014, p. 148, grifo nosso).

Discutimos aqui a crítica à concepção de que o desenvolvimento tecnológico, por si só, promove a autonomia estratégica. Nos distanciamos desse entendimento, apresentando a descolocização epistêmica como pré-condição para a autonomia de um país periférico. Todavia, a própria estrutura desigual do sistema internacional e as diversas iniciativas de congelamento de poder por parte das potências imperialistas nos levam também à crítica à ingenuidade daqueles que acreditam que estes mesmos países imperialistas, beneficiários da hierarquia sistêmica, transfeririam a tecnologia que permitiria aos países periféricos contestar esta mesma ordem. Assim, é importante que se tenha em mente que, se a opção é pelo desenvolvimento tecnológico, o mesmo só se dará em sua plenitude a partir do desenvolvimento autônomo ou da cooperação internacional junto a países de equivalente capacidade científico-tecnológica. Das potências imperialistas nos cabe esperar apenas sucata.

Interessa notar que, com raras exceções, as Teorias da Dependência foram pouco visitadas para explicar o atraso sistêmico dos países da periferia em termos de Defesa. Quando foram aplicadas, ensejaram reflexões sobre a importação de equipamentos militares (SILVA, 2018) e as escolhas interessadas desses equipamentos (KALDOR, 1986) em virtude do desenvolvimento científico-tecnológico insuficiente na periferia. Aqui defendemos que a dependência se infiltra infeciosamente em todos os aspectos da concepção estratégica, desde a análise até a formulação, desde os fundamentos teóricos e conceituais até os metodológicos. Trata-se do que se convencionou chamar “dependência epistemológica” que reina e se reproduz hegemonicamente nas academias da

periferia. Este fato histórico que remonta à colonização hoje se manifesta com um modelo cultural imposto pelos EUA na América do Sul que se consolidou durante a Guerra Fria inicialmente através da Doutrina da Segurança Nacional (DSN), e atualmente com a ideia da RAND C.O. conveniente ao Complexo Industrial Político-Militar estadunidense, de que sistemas de armas com maior tecnologia embarcada vencem guerras.

Wendt e Barnet (1993) criticam o fato de que Estados com poucos recursos para investir em defesa (como os da periferia, com múltiplas necessidades) continuam apostando na estratégia de defesa baseada no investimento intensivo de capitais, em lugar de desenhar uma estratégia adequada a sociedades de ‘trabalho intensivo’ (mobilização massiva de cidadãos nacionais). Com efeito, em geral, os países dependentes importam estratégias alicerçadas em exércitos convencionais típicos da Segunda Guerra Mundial, baseados principalmente em “capital” físico e humano (armas e sistemas avançados, soldados altamente profissionalizados e recursos escassos em países de periferia), ao invés de exércitos populares, não convencionais, nos quais a capacidade é baseada no ‘trabalho’ (como na mobilização em massa de milícias populares). Um exemplo do segundo tipo foi a estratégia de guerra popular e anticolonial vietnamita (SAINT-PIERRE, 2000), ou das milícias bolivarianas.

Penido e Stedile (2021) esclarecem que a subordinação estratégica da periferia ao império ocorreu porque as grandes potências obtiveram sucesso ao erguer um conjunto de crenças/ações com as quais colonizaram o pensamento estratégico na América do Sul, aprofundando a situação de dependência, quais sejam:

- 1) crença de que a absoluta superioridade de meios garante vitórias;
- 2) fomento ao fetiche da tecnologia na área militar, sob a falsa alegação de que ela trará vitórias ou de que seu uso será dual;
- 3) imposição de metas orçamentárias a serem gastas com a indústria de defesa incompatíveis com as necessidades de desenvolvimento locais, aprofundando a dependência;

- 4) transformação das forças armadas sul-americanas em forças policiais, empregadas na repressão às classes populares;
- 5) manutenção ou construção de bases militares físicas (PENIDO; STEDILE, 2021).

Reforçamos aqui a importância da elaboração autônoma da concepção estratégica é condição de possibilidade da liberdade de ação estratégica. A profissionalização das forças armadas sul-americanas foi conduzida por missões estrangeiras, notadamente da Prússia, França e Estados Unidos. Dessa maneira, o pensamento militar da periferia mantém racionalidades estratégicas formuladas externamente e que se reforçaram ao longo do tempo (SAINT-PIERRE, 1993). Como resultado, a dependência de pensamento estratégico se manifesta na ontologia, na epistemologia e na operacionalização da defesa. Por dependência ontológica entendemos que a “forma da força” foi emulada das metrópoles. Dependência epistemológica, por sua vez, refere-se à adoção acrítica de teorias, conceitos e métodos elaborados por pensadores do Norte para seus próprios problemas (entre eles, a manutenção do sistema de dependência). Por fim, por dependência operacional é entendida pela adoção de organização, manuais operacionais, treinamento e assessorias militares sem pensar que isso significa abdicar da autonomia.

Ao pensamento estratégico autônomo, guiado por uma Política independente, cabe o planejamento da defesa, definindo os rumos e prioridades estratégicas, assim como meios a serem empregados e as melhores fontes para seu provimento em consonância com a Política Externa. Pensar autonomamente a concepção estratégica nacional é a condição de possibilidade para superar o fetiche da tecnologia enquanto elemento estratégico decisivo, fruto do processo de “universalização” dos sistemas de armas (KALDOR, 1986). Ao fim, é sempre válido ter em mente a afirmação de Habermas (2014, p. 149) de que “a força libertadora da reflexão não pode ser substituída pela ampliação do saber tecnicamente utilizável”.

5 Considerações finais

A perspectiva que guiou nossa reflexão neste trabalho foi anti-colonial. Portanto, a elucidação sobre o pensamento estratégico apontou àqueles elementos que dificultam ou definitivamente impedem o exercício soberano de uma defesa efetiva a qualquer imposição de uma vontade externa e contrária aos interesses nacionais. Dito de outro modo, nossa reflexão guiou-se pela busca da possibilidade de decidir politicamente com autonomia, isto é, diminuindo as coerções externas de todo tipo, mas especificamente, aquelas baseadas na força. Nossa primeira suposição foi que essa defesa depende da garantia da liberdade de ação estratégica. Todavia, está é impensável desde uma ontologia e uma epistemologia dependente do pensamento da metrópole. Portanto, a pedra que fundamenta a fratura do elo mais forte da dependência é a possibilidade de um pensamento nacional livre, robusto e criativo. A segunda suposição foi que a concepção estratégica, isto é, a análise e a formulação estratégicas, deve ser realizado na legitimidade e orientação da política e apoiado na inteligência acadêmica nacional. A terceira é que uma concepção estratégica autônoma consiste na ampliação da liberdade de ação estratégica suportada por recursos próprios para satisfazer as exigências que caracterizam a forma da força nacional, incluindo aí, uma organização específica da força coerente com a sociedade que representa e a produção nacional dos meios de combate que não comprometa seu provimento.

Acreditamos que sem uma mudança de paradigma estratégico, que compreenda a Grande Estratégia ou a Estratégia Nacional como uma Política de Estado que vise diminuir as vulnerabilidades nacionais e aumentar suas potencialidades (não apenas militares) a dependência continuará a ser o relacionamento dos países da periferia com o mundo. Cumpre lembrar que vulnerabilidades e potencialidades não têm origem exclusivamente em questões militares, como a fragilidade da malha ferroviária nacional. Dessa maneira, não devem receber respostas militares, e sim de infraestrutura, por exemplo. Qualquer concepção estratégica que não se fundamente na realidade social que pretende defender está fadada

à derrota. As metrópoles com o maior desenvolvimento tecnológico nos seus armamentos foram derrotadas inúmeras vezes por nações determinadas a se defender com estratégias coerentes com suas realidades sociais, sem aceitar a lógica bélica das grandes potências. Em comparação, quando se tentou enfrentar essas potências aceitando a lógica militarista e a fantasia da tecnologia das grandes potências (como no caso de Saddam Hussein) foram severamente derrotados.

Entendemos que a autonomia do pensamento estratégico, que pretenda estar comprometido na defesa da comunidade de um país periférico, não pode se sustentar em um cabedal teórico exógeno, alheio às dinâmicas políticas e sociais da sociedade semiperiférica que se pretende defender. Pensar com as lentes propostas pelo centro só garante a reprodução da dependência econômico-política e a manutenção da lógica colonial do emprego da força como controle social, como elo de aço das correntes da dependência. É nesse contexto que ganha relevância a dimensão da autonomia de pensamento enquanto o componente fundante de uma concepção estratégica autônoma e coerente com a sociedade, divergindo de abordagens que privilegiam a dimensão industrial/tecnológica transferida do estrangeiro.

Sabemos da insuficiência deste artigo para resolver a situação de dependência dos países da periferia e não o escrevemos com esse objetivo. Mas ficaríamos muito satisfeitos se com ele conseguíssemos promover o debate que aprofunde estas breves reflexões sobre a Defesa para procurar aumentar a grau de autonomia da decisão das unidades políticas da periferia do sistema internacional.

REFERÊNCIAS

- ABRAHAMSEN, Rita. Postcolonialism. In: GRIFFITHS, Martin (ed.). **International Relations Theory for the Twenty-First Century: An Introduction**. Nova York: Routledge, 2007, p. 111-122.
- ARON, Raymon. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

AMARANTE, José C. A. **A base industrial de defesa brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA – Texto para Discussão 1758, 2012.

AMARANTE, José C. A. **Processos de obtenção de tecnologia militar**. Rio de Janeiro: IPEA – Texto para discussão 1877, 2013.

ARTEAGA, Félix. **La autonomía estratégica y la defensa europea**. Real Instituto Elcano, 2017.

BARNETT, Michael; DUVALL, Raymond. Power in International Politics. **International Organization**, v. 39, n.1, p. 39-75, 2005.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35ª Edição. Centro de Documentação e Informação. Brasília: Edições Câmara, 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Instruções para classificação de produtos e credenciamento de empresas de defesa**. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/industria_defesa/cmdid/instrucoes_siscaped.pdf>. Acesso em: 29 jul. de 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Portaria Normativa nº 899/MD**, 2005.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Estratégia Nacional de Defesa**, 2008.

BEAUFRE, André. **Introdução à estratégia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

BULL, Hedley. The State's Positive Role in World Affairs. **Daedalus**, v. 108, n. 4, p. 111-123, 1979.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A evolução dos estudos de segurança internacional**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. São Paulo: editora Martins Fontes, 2014.

COX, Robert W. Social forces, States and World Orders - beyond international relations theory. In KEOHANE, Robert O. (editor). **Neorealism and its critics**. Nova York: Columbia University Press, 1986.

DAGNINO, Renato. **A Indústria de Defesa no Governo Lula**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DUSSEL, Enrique. História. In: **Filosofia de la liberación**. Buenos Aires, editora Nueva America, 1977, p. 8-21.

FANON, Frantz. **Escritos políticos**. São Paulo: Editora Boitempo, 2021.

NADER, Ricardo T. (org.). **A teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia**. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/UnB/Escola de Altos Estudos da CAPES, 2013. FERNANDES, Florestan. **A função social da guerra na sociedade tupinambá**. São Paulo: Edusp, 1970.

FLEURANT, Aude-Emmanuelle; QUÉAU, Yannick. **L'Industrie de Défense Française: une autonomie stratégique sous contrainte**. Bruxelas: GRIP, 2014.

FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder. In: Foucault, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016, p. 4-11.

FRANKO, Patrice. **The defense acquisition trilemma: the case of Brazil**. Strategic Forum n. 284, 2014.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como "ideologia"**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

JAGUARIBE, Helio. Autonomía periférica y hegemonía céntrica. **Estudios Internacionales**, ano 12, v. 46, p. 91-130, 1979.

KALDOR. The Arms Trade and Society. **Economic and political weekly**, v. 11, n. 5/7, 1976.

KALDOR, Mary. **El Arsenal Barroco**. Madrid: Editora Siglo XXI de España, 1986.

KEMPIN, Ronja; KUNZ, Barbara. France, Germany, and the Quest for European Strategic Autonomy. **Franco-German Defence Cooperation in a New Era**. Notes du Cerfa, n. 141, IFRI, 34 pgs, 2017.

LESKE, Ariela Diniz Cordeiro. **Inovação e políticas na indústria de defesa brasileira**. 2013. 197 f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

LONGO, Waldimir Pirró e. Tecnologia Militar: conceituação, importância e cerceamento. **Tensões Mundiais**. Fortaleza, v. 3, n. 5, p. 111-143, 2007.

LONGO, Waldimir Pirró e.; MOREIRA, William de Sousa. O acesso a "tecnologias sensíveis". **Tensões Mundiais**. Fortaleza, v. 5, n. 9, p. 73-122., 2009.

LUXEMBURGO, Rosa. **A questão nacional e a autonomia**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

MARINI, Ruy Mauro. Dialéctica de la dependencia (1973). In: **América Latina, dependencia y globalización**. Fundamentos conceptuales Ruy Mauro Marini. Antología y presentación Carlos Eduardo Martins. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008, p. 107-149.

MAURO, Frédéric. **Autonomie stratégique**: le nouveau Graal de la Défense Européenne. Les Rapports du GRIP, 2018.

MATOS, Patrícia de Oliveira. Implicações Econômicas na Guerra e no Poder Militar. **Tensões Mundiais**, v. 11, n. 20, 2015.

MEARSHEIMER, John J. **A Tragédia da política das grandes potências**. Lisboa: Gradiva, 2007.

MOREIRA, William de Sousa. Ciência e Tecnologia Militar – política por outros meios? Rio de Janeiro. **Revista da Escola de Guerra Naval**, v. 18, n. 2, p. 71-90, 2012.

MORAES, Rodrigo Fracalossi. Texto para Discussão 1715. **A inserção externa da indústria brasileira de defesa: 1975-2010**. Brasília: IPEA, 2012.

PENIDO, A.; STEDILE, M. 2021. **Ninguém regula a América**: guerras híbridas na América Latina. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

PROENÇA JR., Domicio. Promessa Tecnológica e Vantagem Combatente. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 54, n. 2, p. 173-188, 2011.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: CLACSO. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142.

SAINT-PIERRE, Hector Luis. Racionalidade e Estratégias. **Premissas**, NEE -UNICAMP - Campinas, SP, v. 3, p. 24-51, 1993.

SAINT-PIERRE, Hector Luis. **A Política armada: fundamentos da guerra revolucionária**. São Paulo: Unesp, 2000.

SAINT-PIERRE, Hector Luis. “Defesa” ou “Segurança”? Reflexões em torno de Conceitos e Ideologias. **Contexto Internacional**, v. 33, n. 2, p. 407-433. 2011.

SAINT-PIERRE, Hector Luis. “Defesa” ou “Segurança”? Reflexões em torno de Conceitos e Ideologias. In: Mei, Eduardo; Saint-Pierre, Héctor Luis. **Paz e Guerra**. Defesa e Segurança entre as Nações. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SAINT-PIERRE, Hector Luis. Ensaio sobre os Estudos de Defesa e a Comunidade que os Pratica. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 2, n. 2, 2015.

SAINT-PIERRE, Hector Luis.; ZAGUE, José Augusto. La Industria de la Defensa y la Autonomía Estratégica: el caso de Brasil. In: Patria. Análisis Político de la Defensa. **Revista de análisis político de la defensa del ministerio de defensa nacional del Ecuador**, n. 2, v.1, 2014.

SAINT-PIERRE, Hector Luis.; ZAGUE, José Augusto. A indústria de defesa e a autonomia estratégica: a posição do Brasil e a cooperação em Defesa na América do Sul. **Rev. Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 297-327, 2017.

SILVA, Diego Lopes da. **Armas, capital e dependência**: Um Estudo sobre a Militarização na América do Sul. 2018. 187 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas, UNESP/UNICAMP/PUC-SP, São Paulo, 2018.

SMITH, Steve. The United States and the Discipline of US Relations: "hegemonic country, hegemonic discipline". **International Studies Review**, v. 4, n. 2, p. 67-85., 2002.

WALTZ, Kenneth. **O Homem, o Estado e a guerra**: uma análise teórica. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A política externa brasileira**. A busca por autonomia, de Sarney a Lula. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

WENDT, A., BARNET, M. Dependent state formation and Third World militarization. **Review of International Studies**, n. 19, p. 321-347, 1993.